

Professor responsável desde o ano lectivo de 1997-1998 pela cadeira de Introdução ao Direito e Direito do Ambiente, na licenciatura em Gestão, Gestão Ambiental e Línguas e Assessoria de Gestão no INUAF (Instituto Universitário D. Afonso III), em Loulé;

Membro do conselho de redacção da revista *Inuaf Studia*, editada pelo Instituto Universitário D. Afonso III, Loulé, desde o seu n.º 1, ano I, suplemento n.º 1, Março de 2000;

Consultor jurídico do quadro de pessoal da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (Direcção Regional da Administração Local), onde, desde 5 de Julho de 1993, tem vindo a prestar, na Divisão de Apoio Jurídico, apoio jurídico às freguesias e municípios do Algarve em matéria de recrutamento de pessoal e respectiva contratação, empreitadas e fornecimentos públicos, taxas e fiscalidade, licenciamento de obras particulares, loteamentos urbanos, empreendimentos turísticos, funcionamento dos órgãos autárquicos, direitos e deveres dos eleitos locais, contra-ordenações, procedimento e contencioso administrativo, bem como apoio jurídico aos diversos sectores da CCDR Algarve, com especial destaque para a DSGT e o PROALGARVE, e apoio legislativo aos membros do Governo sempre que solicitado;

Desde 1 de Março de 1999, na sequência do concurso público (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 220, de 23 de Setembro de 1998), exerce funções em comissão de serviço de chefe da Divisão de Apoio Jurídico da Direcção Regional da Administração Local na CCDR Algarve, dirigindo o pessoal integrado na Divisão de Apoio Jurídico, distribuindo, orientando e controlando a execução dos trabalhos dos subordinados e estagiários, organizando as actividades e procedendo à avaliação dos resultados alcançados e elaborando pareceres e informações sobre assuntos da competência da referida Divisão. Recentemente, desde 15 de Janeiro de 2007, tem vindo igualmente a coordenar o Gabinete de Contra-Ordenações da CCDR Algarve, que tem a incumbência de instruir processos de contra-ordenação nas áreas dos resíduos, queimas, domínio hídrico, circulação de veículos, REN e Rede Natura 2000.

Obras publicadas:

A Protecção do Ambiente e os Planos Regionais de Ordenamento do Território, livraria Almedina, Coimbra, Abril de 1997;

Breve Introdução ao Direito, INUAF, Loulé, Setembro de 1998;

Estudo Jurídico da Eutanásia — Direito de Morrer ou Dever de Viver?, livraria Almedina, Coimbra, Dezembro de 2000.

Despacho n.º 13 500/2007

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, foi publicado o Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, que opera a reestruturação das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, no âmbito do processo global de reforma da Administração Pública, definindo a respectiva missão, atribuições e tipo de organização interna, obedecendo ao modelo estrutural misto.

Através da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear das comissões de coordenação e desenvolvimento regional e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Assim:

Considerando que, na sequência desta reestruturação, cessam as comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes intermédios, sendo, portanto, necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas agora criadas ou reestruturadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada, visando a prossecução das novas atribuições cometidas à CCDR Algarve;

Considerando que a licenciada Maria José Bento Nunes possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidades adequadas e experiência profissional no exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido para o lugar a prover, evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante;

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia do 1.º grau (director de serviços), da Direcção de Serviços do Ambiente, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, a licenciada Maria José Bento Nunes, técnica superior principal, do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Algarve, nos termos dos artigos 20.º, 21.º e 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

25 de Maio de 2007. — O Presidente, *José António de Campos Correia*.

ANEXO

Curriculum vitae

Identificação — Maria José Bento Nunes, nascida a 21 de Março de 1961, em Faro, Portugal.

Habilitação académica — licenciatura em Engenharia do Ambiente pela Universidade de Aveiro, concluída em 1986.

Actividade profissional:

De Março de 1987 a Julho de 1991 exerceu funções no Serviço de Ar e Ruído da Direcção-Geral da Qualidade do Ambiente, desenvolvendo a sua actividade na área do controlo da qualidade do ar;

De Agosto de 1991 a Abril de 1994 prestou serviço na Direcção-Geral de Indústria, onde desempenhou funções na área de licenciamento industrial, centrando-se a sua actividade na avaliação de projectos e realização de vistorias a estabelecimentos industriais, bem como acompanhamento da discussão de diversa legislação comunitária relativa às emissões para a atmosfera;

De Maio de 1994 a Março de 2001 prestou serviço na Direcção de Serviços do Ar, Ruído e Resíduos, nomeadamente na área de licenciamento industrial e de extracção mineral, com análise de projectos e realização de vistorias/fiscalização. Integrou a comissão de acompanhamento do aterro sanitário intermunicipal de Faro, Loulé, Olhão, bem como as comissões de acompanhamento dos aterros sanitários multimunicipais do Sotavento e do Barlavento, como secretário da comissão, função que ainda mantém. Integrou diversas comissões de avaliação de estudos de impacte ambiental. Integrou a comissão de acompanhamento dos contratos de adaptação ambiental para os sectores da cortiça e da cerâmica. Detinha a coordenação técnica e administrativa dos processos de autorização prévia para operadores de gestão de resíduos, bem como da área de ruído;

De Abril de 2001 a Abril de 2007 desempenhou o cargo de directora de Serviços de Gestão Ambiental, assegurando as competências executivas relativas às funções de gestão das áreas de licenciamento industrial, gestão de resíduos, extracção mineral, ruído e fiscalização. Integrou os grupos de trabalho nacional sobre os contratos de melhoria contínua do sector cimenteiro e do sector dos petróleos. Detinha a coordenação dos projectos «Inventário de emissões na região do Algarve», «Modelo de gestão de resíduos de construção e demolição», «Modelo de gestão de resíduos agrícolas». Integrou o grupo de trabalho criado através do despacho conjunto n.º 246/2005, de 16 de Março, em representação das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, para elaborar uma alteração ao decreto-lei relativo à aplicação de lamas de ETAR em solos agrícolas. Integrou o grupo de trabalho criado, através do despacho conjunto n.º 815/2005, de 26 de Outubro, para elaborar uma proposta de operacionalização do sistema de controlo da condicionalidade no que respeita aos requisitos legais de gestão decorrentes da Directiva n.º 91/414/CEE, de 15 de Julho, relativa à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado;

Desde Maio de 2005 acumulou as funções de directora de serviços de Monitorização, que incluía as questões relativas a monitorização de ar, águas superficiais e subterrâneas e laboratório;

De Setembro de 2006 frequentou, com aprovação, o curso de formação em gestão da Administração Pública (FORGEP).

Despacho n.º 13 501/2007

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, foi publicado o Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, que opera a reestruturação das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, no âmbito do processo global de reforma da Administração Pública, definindo a respectiva missão, atribuições e tipo de organização interna, obedecendo ao modelo estrutural misto.

Através da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear das comissões de coordenação e desenvolvimento regional e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Assim:

Considerando que, na sequência desta reestruturação, cessam as comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes intermédios, sendo, portanto, necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas agora criadas ou reestruturadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada, visando a prossecução das novas atribuições cometidas à CCDR Algarve;

Considerando que o doutorado Sebastião Lage Raposo Braz Teixeira possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidades adequadas e experiência profissional no exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido para o lugar a prover, evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante;

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia do 1.º grau (director de serviços), da Direcção de Serviços do Litoral,